

A Formação Política e o Trabalho do Professor?

Political training and teaching labor?

Ana Paula Oliveira Danti Pafetti¹
Sheila Daniele dos Santos Faria¹
Vitor Jose S. de Oliveira¹

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Itapetininga

Submetido em 30/11/2015

Aprovado em 03/02/2016

Resumo: Resenha de OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes / Marcos Marques de Oliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, - Editora Massangana, 2010.

Palavras chave: Pedagogia, libertação, educação.

Abstract: Review of OLIVEIRA, Marcos Marques de. Florestan Fernandes / Marcos Marques de Oliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, - Editora Massangana, 2010.

Keywords: Pedagogy, release, education.

Florestan Fernandes ao ser provocado para uma apresentação sobre a formação política e o trabalho do Professor, levantou três pontos centrais para a discussão, primeiramente o ponto essencial (Fernandes, Florestan 1989) “É a tradição cultural brasileira e ao que ela tem representado na limitação do horizonte cultural do professor”. Que em uma análise Marxista o professor foi objetificado, sendo uma afirmação curiosa, pois é preciso tentar compreender essa brutalização cultural.

Florestan lembrou como foi a orientação para formação cultural e educacional brasileira, marcado pelo Colonialismo e que isso não se perdeu nem mesmo com a Independência e depois na proclamação da República, restringindo o intelecto a elite e fechando os horizontes.

Ao falar sobre as obras do velho Conselheiro Nabuco, ele pontua como aquela sociedade era hierarquizada (Fernandes, Florestan 1989) “Um homem que estava preocupado com o marco das leis, com as transformações da sociedade brasileira em termos de organização institucional que garantisse um mínimo de liberdade e reduzisse o despotismo.”.

Foi nesse contexto que se lutou para que a educação fosse objeto de manutenção da ordem, mantendo a atividade intelectual de propriedade daqueles que serviam a corte, mesmo com a chegada das Escolas Superiores trazidas com a Corte de Portugal ao Brasil e posteriormente com o Segundo Império, o Professor era um elemento de mediação, dentro da hierarquia e as relações de poderes, algo que ainda é recorrente.

Esse lapso, que nos perseguiu de forma secular, tornou a invenção uma ocorrência efetiva, mas esporádica, possível apenas quando surgiam pessoas de tal porte criador que a repressão cultural não era capaz de inibir (Fernandes, 1989).

Um País pouco reprodutor de inovação fica dependente das outras nações, o passado colonial é presente hoje com o mundo Globalizado, nos tornamos um País de poucas indústrias nacionais, exportador de commodities

e de mão de obra relativamente barata para as grandes Multinacionais, totalmente dependente dos avanços tecnológicos dos grandes centros.

Ao analisar livros dos séculos passados escritos para crianças ele chama a atenção para o bom nível intelectual, “melhores que os de hoje”, porém com um estilo altamente mecanizado e autoritário, a educação não era desenvolvedora, mas sim reprodutora de robôs que pouco alterariam o seu status quo.

Por que a cultura cívica era tão circunscrita, tão fechada? Porque no Império a democracia era a democracia dos senhores. Na República foi uma democracia de oligarcas. Ou seja, aquilo que os antropólogos, que estudaram a África do Sul, chamaram de democracia restrita e que os nossos cientistas políticos têm medo de aplicar à sociedade brasileira. Para essa democracia restrita é dispensável uma cultura cívica e, quando existe alguma coisa parecida com uma cultura cívica, ela é acessível somente àqueles que fazem parte de uma minoria privilegiada, em termos de riqueza, em primeiro lugar, em termos de poder, em segundo lugar, e em termos de saber, em terceiro lugar. Essas três coisas eram interdependentes e se interligavam (Fernandes, 1989, p. 123).

Em uma sociedade tão fechada, onde o nós, significava uma pequena parte da elite, pode se dizer que quando surgiu um pensamento diferente, foi o surgimento dos primeiros educadores rebentos de burguesia urbana, como é o caso de Anísio Teixeira, e outros como Fernando de Azevedo, sendo eles de famílias tradicionais, segundo Florestan esses educadores trouxeram para o Brasil em nível de consciência social uma verdadeira revolução sobre as perspectivas para educação brasileira.

As ideias e textos reproduzidos por esses autores principalmente no Manifesto dos Educadores eram tão avançadas no campo da educação, que era utópico acreditar que seria possível chegar ao Brasil, que ainda não tinha avançado no campo político e econômico, era uma tentativa de imprimir no Brasil um modelo dos avançados países da Europa, gerando naquela sociedade, retrógrada e marcada pela defesa da hierarquia, uma grande

resistência, principalmente por parte da Igreja Católica que era soberana na educação.

Por aí se tem um horizonte cultural claramente delimitado, porque, afinal de contas, a cultura cívica era a cultura de uma sociedade de democracia restrita, inoperante, na relação da minoria poderosa e dominante com a massa da sociedade. Essa massa era a gentinha; e, para ser a gentinha, a educação seria como uma pérola, que não deveria ser lançada aos porcos (ou então, seria uma espécie de ersatz, uma coisa elementar, rudimentar, que ajudaria a preparar máquinas humanas para o trabalho) (Fernandes, 1989, p. 125).

Sobre isso ele lembra que esses autores trouxeram para a tarefa de formação do educador um confronto maior com a sociedade, pois quanto menos o Professor sabe sobre as circunstâncias, mais acomodado e domesticado ele será.

A neutralidade ética se consagra na ideia de uma responsabilidade intelectual, mostrando a responsabilidade social com uma relação de ordem, dividindo assim o Educador de um lado e o Cidadão do outro, algo mortal para o Professor, pois segundo Fernandes ser cidadão é parte elementar para a condição humana do Professor, sem isso ele acaba se tornando instrumento fácil para a manipulação. Dessa análise surge uma das célebres frases do Professor Florestan Fernandes “O Professor precisa ser um cidadão e um rebelde”.

Para entendimento mais profundo das palavras de Florestan é preciso lembrar o contexto da época em que ele escreve essa análise, o País vinha saindo de um grande período de Ditadura Militar e desde o surgimento dos “educadores rebentos da burguesia”, existia uma extensa luta pelo projeto pedagógico a ser adotado no Brasil. Também nessa época existia uma efervescência dos movimentos de massa, acirrando o debate da luta de classes que Fernandes coloca em sua análise.

Portanto é com entusiasmo que ele fala sobre os efeitos que viriam a surgir com o “Professor Militante”, pois era destes o papel de combater os

laços conservantes do passado Brasil Colônia que seguia sendo reproduzido, pelas classes dominantes.

Se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia (Fernandes, 1989, p. 129).

Florestan Fernandes se vivo estivesse hoje certamente se manteria firme em seus posicionamentos, porém com o entendimento de que os movimentos da década de oitenta e noventa foram incapazes de mudar os princípios da educação no Brasil.

Certamente ele iria apontar como erro fundamental desses movimentos foi que emergiram em um projeto conciliador de classes, que culminou em um projeto que chegou ao poder no Brasil, porém incapaz de alterar a rota do ensino no país, na época ele apontava as alianças do PMDB com os agentes da Ditadura Militar, algo continuo na nossa política.

Eu não sou só marxista. Sou um marxista que acha que a solução para os problemas dos países capitalistas está na revolução. Dizer isso não é uma “fanfarronice”. É assumir, de forma explícita, o dever político mínimo que pesa sobre alguém que é militante (Fernandes 1989, p. 135).

É evidente que nossa análise desta obra de Florestan, está dentro de uma concepção Marxista e essencialmente política, assim como fez o Professor é preciso dizer que Marx acreditava na impossibilidade de conciliar capitalismo e humanização na obra intitulada A Sagrada Família escrita em 1843 o autor fala sobre o caráter desumanizador da ordem burguesa e que os projetos reformistas são meros instrumentos de impedir a luta de classes.

Para encerrarmos essa análise decidimos subscrever (Fernandes, 1989) “A realidade é que as transformações são conquistadas a duras penas. Os

professores entram, agora, nas mais difíceis condições de uma nova era.” A tarefa do Professor continua difícil, porém ainda com o poder de transformador.